

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### RECURSO Nº 229/05 (PROCESSO Nº 04/05)

#### VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA ANN PONTES

Com as vênias de estilo, vemo-nos obrigados a discordar do voto apresentado pelo ilustre relator do Recurso nº 229/05 neste Órgão Colegiado, Deputado Darci Coelho, para ratificar as razões que fundamentaram o parecer normativo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Inicialmente, convém discutir a natureza do processo de cassação por quebra de decoro parlamentar. Embora os estudiosos não tenham chegado a uma conceituação unívoca, a doutrina e a jurisprudência contemporâneas tendem a considerá-lo de natureza administrativa, distinto, portanto, do processo judicial.

Com efeito, não trata o processo de cassação do exercício da função jurisdicional atípica, que é deferida constitucionalmente ao Poder Legislativo. Tem-se, na verdade, um processo que se vincula à função administrativa, também atípica, outorgada pela Carta Política ao Poder Legislativo.

Assim, enquanto as decisões finais exaradas no âmbito do processo judicial fazem *coisa julgada*, isto é, apresentam caráter de definitividade, as decisões finais emanadas no âmbito do processo de cassação não constituem *res judicata*, podendo ser revistas pelo Poder Judiciário, em face dos princípios do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, XXXV e LV).

A respeito, é oportuno consignar o seguinte trecho do voto do Ministro Néri da Silveira, no MS nº 21.861-4/DF, julgado pelo STF, que diz: “(...) A aplicação dessa sanção (perda de mandato), de natureza disciplinar, no âmbito do Poder Legislativo, de acordo com o Regimento da

*Câmara dos Deputados, é precedida de um processo de natureza administrativa (...)*”.

No mesmo sentido, mencionem-se os votos dos Ministros Marco Aurélio de Mello e Carlos Ayres de Britto no recente julgamento do MS nº 25.579/DF, impetrado pelo representado, o nobre Deputado José Dirceu, contra atos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e da Mesa Diretora, que, de igual modo, afirmaram a natureza administrativa do processo de cassação.

Nesse diapasão, podemos ponderar que os requisitos de validade dos atos do processo de cassação consistem na obediência aos princípios constitucionais acima aludidos e na observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do respectivo Regulamento.

A natureza do processo de cassação, consoante a doutrina e a jurisprudência atuais, é, pois, administrativa, funcionando o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como órgão de instrução e o Plenário como órgão de decisão, cabendo ao Poder Judiciário examinar a questão unicamente sob o prisma do devido processo legal, sendo-lhe defeso adentrar no mérito da decisão.

No caso concreto, pretende o nobre Deputado José Dirceu que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania anule o parecer normativo aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assim como reforme a decisão que indeferiu o pedido de retirada de representação formulado pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

No seu voto, o eminente relator da matéria, Deputado Darci Coelho, aduz que, na ausência de previsão expressa na norma interna sobre o pedido de retirada da representação, “(...) *é das regras processuais penais que devemos nos socorrer*”.

Aduz, ainda, que “(...) *a retratação da representação é tempestiva. Foi manifestada antes da instauração formal do processo político de cassação de mandato contra o recorrente*”.

Com a devida vênia do nobre relator, em sendo o processo de cassação de natureza administrativa, como vêm entendendo a doutrina e a jurisprudência modernas, far-se-á, no caso concreto, a integração analógica com as regras do processo administrativo.

Portanto, em face da natureza administrativa do processo de cassação e da ausência de tratamento regimental específico sobre o pedido da retirada da representação, pode-se, por aplicação analógica, suscitar o disposto no art. 51, § 2º, da Lei nº 9.784, de 29.01.1999, que “regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal”, *in verbis*:

“Art. 51 .....

§ 2º *A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo ou o objeto da decisão, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige”.*

Demais disso, o processo de cassação, de natureza administrativa, nesta Câmara dos Deputados, inicia-se no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, consoante dispõe o art. 6º, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, *in verbis*:

“Art. 6º Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compete:

III – *instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, nos casos e termos do art. 14;”.*

Destarte, fica claro a todas as luzes que o processo de cassação, uma vez deflagrado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, passa a pertencer a toda a coletividade, sendo esta sua titular, incumbindo à Câmara dos Deputados, através do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o dever de lhe dar impulsão até a decisão final conclusiva e definitiva do Plenário da Casa.

Em conseqüência, não pode o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar protelar ou retardar o processo de cassação, dele transigir, ou dele omitir-se, sob pena de responsabilidade.

Assim, são inteiramente procedentes as razões exaradas no parecer normativo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, designadamente os argumentos de que “(...) *no curso do processo disciplinar contra deputado, a representação de partido político ou da Mesa Diretora é mera condição de procedibilidade. Uma vez recebida a representação, esta torna-se irretratável e o processo deve ser obrigatoriamente instaurado para apurar os fatos descritos na representação. A falta de decoro ofende o*

*Parlamento e a sociedade como um todo. Daí, uma vez presentes os requisitos de instauração do processo disciplinar, não podem as investigações serem obstadas sob pena de se ofender o princípio da moralidade e da prevalência do interesse público”.*

Portanto, uma vez instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o processo de cassação não pode ser paralisado, suspenso, interrompido ou retirado, pois isso implicaria ofensa ao princípio da indisponibilidade do interesse público, entendido como o interesse da própria coletividade, conforme salientado precedentemente.

Os atos do processo de cassação, em face desse princípio basilar, hão de prosseguir, independentemente do pedido de retirada da representação, até a decisão final conclusiva e definitiva do Plenário da Casa.

Por derradeiro, devemos reafirmar que o parecer normativo exarado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, *data maxima venia* dos argumentos expendidos pelos ilustres Deputados José Dirceu e Darci Coelho, não contém nenhum vício que possa maculá-lo, tratando-se, portanto, de ato perfeito, válido e eficaz.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto pelo não-acolhimento, por esta douta Comissão, do parecer exarado pelo nobre relator da matéria, assim como pelo improvimento do recurso interposto pelo representado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputada ANN PONTES